



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL 059/2015 - SMADS

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n.º 35 – Centro - Paty do Alferes/RJ, CNPJ 31.844.889.0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rachid Elmor, brasileiro, solteiro, produtor rural, residente e domiciliado a Estrada Castelo Branco, n.º 701 – Arcozelo - Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n.º 06641093-7 IFP/RJ e inscrito no CPF(MF) sob o n.º 804.706.027-91, nos termos que dispõe o art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto Municipal n.º 3776/2013 e as empresas vencedoras **DIMARCA AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTO AMBIENTAL LTDA**, neste ato representada pelo seu representante legal Luiz Tadeu Matos Rodrigues, **RJ CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME**, neste ato representada pelo seu representante legal Gutemberg Diniz Sobral, classificadas no Pregão Presencial n.º 059/2015, processo n.º 2771/2015, resolvem registrar os preços das aquisições no Sistema de Registro de Preços, implantado pelo processo licitatório citado, homologado pelo Prefeito Municipal em 14/09/2015, conforme relatório de itens ganhos que faz parte desta e observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

1 – OBJETO:

1.1- A presente Ata tem por objetivo o fornecimento de **DE CONTEINERS PARA COLETA DE RESÍDUOS URBANOS, DOMICILIARES E RECICLÁVEIS, PARA DISTRIBUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES**, conforme solicitação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, e com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta Detalhe, que são partes integrantes deste Edital.

1.2 - A presente licitação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício 2015 e será informado no momento formalização da contratação, caso ocorra no exercício subsequente, na dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade.

2. DA ENTREGA

2.1 – A cada necessidade de aquisição, o órgão participante da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS providenciará a expedição da correspondente solicitação e notificando a empresa para proceder à retirada do empenho.

2.1.1 - Prazo de entrega: os materiais deverão ser entregues de maneira fracionada de acordo com as necessidades, mediante apresentação de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo, na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rua Vereador Caio Figueira Vasconcelos, 269 – Centro – Paty do Alferes-RJ



2.2 – Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes do frete, de entrega e outras de qualquer natureza, referente ao objeto licitado, até o local da entrega, para o devido cumprimento das obrigações assumidas na licitação em questão.

2.3 – Os materiais fornecidos pela **CONTRATADA** somente serão aceitas pela Secretaria requisitante se estiverem estritamente de acordo com o especificado nos Termos de Referência e nas Propostas Detalhe, que fazem parte do presente, e deverão se encontrar em perfeito estado para uso imediato, não sendo tolerado nenhum material danificado e terá que ser de boa procedência e atender às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e/ou do INMETRO.

2.4 – Caso algum dos materiais não atenda às especificações acima citadas ou estejam danificados ou usados, serão devolvidas de imediato à **CONTRATADA**, sendo dado um prazo de no máximo 48 horas para a reposição dos mesmos, dentro das especificações solicitadas

2.4.1 - No entanto, é facultado à Contratante proceder ao Recebimento Provisório para posterior verificação, com a convocação da Contratada para, se quiser, participar do ato de conferência, verificação e análise.

2.5 - O recebimento dos produtos ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93.

2.5.1 - Em caso de troca de material, em função da inadequação aos termos deste Edital todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoques relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

2.6 - A empresa somente deverá cotar os materiais caso haja disponibilidade de fornecê-los. Não será tolerado, em hipótese nenhuma, atraso de entrega pela falta dos mesmos.

3 - VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata entrará em vigor na data da sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, sendo sua eficácia condicionada a publicação no Boletim Oficial do Município de Paty do Alferes, bem como disponível no site oficial do Município de Paty do Alferes (WWW.patydoalferes.rj.gov.br).

4 - DA VINCULAÇÃO

4.1 - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no edital do Pregão Presencial 059/2015, Processo n° 2771/2015/2015, observadas as disposições nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 2.348/06 e Decreto Municipal 3776/13 e alterações posteriores.

5 - DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

5.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial n° 059/2015 para Registro de Preços deverão ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata, pela empresa classificada, ficando facultado à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, a



qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases;

6 - DO PAGAMENTO

6.1 - Os pagamentos devidos serão efetuados de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, uma vez obedecidas as formalidades legais pertinentes, mediante **CRÉDITO EM CONTA CORRENTE**, da empresa.

6.2 - Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de efetivada a entrega dos materiais, com a competente Nota Fiscal.

6.2.1 – Para o devido cumprimento do acima exposto, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal a cada entrega realizada.

6.3- Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a **CONTRATANTE** um desconto "*pro rata die*", de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do **CONTRATANTE**.

6.4 – Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, o valor devido será de 0,033%(trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira.

6.5 – O Pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da **CONTRATADA** dirigido à Secretaria requisitante.

7 - DA REVISÃO DOS PREÇOS:

7.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo da execução do objeto, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão



gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.4 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no [art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

8 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração automaticamente:

a) quando não restarem produtos registrados.

b) pela Prefeitura, quando caracterizado o interesse público.

9 - OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1 - Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de regularidades fiscais exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2 - Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3 - Responder às notificações no prazo estabelecido.

9.4 - Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5 - Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos produtos, nos termos da legislação vigente;

9.6 - Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, conforme exigência legal;

9.7 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus Anexos;

9.8- Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos



solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

9.9 - Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes à execução do objeto.

9.10 - Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, incluídos tributos, contribuições e seguros.

9.11 - Utilizar, na execução do objeto, pessoal de comprovada capacidade técnica, de bom comportamento, podendo ser exigida pela CONTRATANTE a substituição de qualquer elemento, cuja capacidade ou comportamento seja julgado, pelo órgão, impróprio ao desempenho.

9.12 - Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao patrimônio do Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do objeto. O acompanhamento ou fiscalização da instituição não exclui ou reduz a responsabilidade.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d. Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11 - DAS PENALIDADES EM CASO DE INADIMPLEMENTO:

11.1 - As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93; mediante procedimento administrativo previsto no Decreto Municipal nº3395/11.

11.2 - A Licitante que deixar de cumprir o compromisso assumido sofrerá multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, independentemente da aplicação das demais penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, assim como poderá ser suspensa de licitações futuras nesta Prefeitura.



11.3 - A Licitante ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso/falta na entrega.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

12.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.4 - Fica reservada a Administração à possibilidade de adquirir os objetos da presente após da assinatura da Ata de Registro de Preços, visando atender suas necessidades.

12.5 - A cada fornecimento, o órgão participante da ARP providenciará a expedição da correspondente Solicitação de empenho e notificando a empresa para proceder à retirada do mesmo.

12.6 - Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Secretaria Municipal de Administração.

12.7 - Quando destinados a outro órgão ou entidade aderente, a entrega ocorrerá no endereço que por este for indicado.

12.8 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paty do Alferes para nele serem dirimidas as dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.9 – A divulgação da Ata de Registro de Preços será no Diário Oficial do Município e no portal da internet www.patydoalferes.rj.gov.br.

12.10 - Integram esta Ata o Relatório de Itens ganhos por fornecedor.

Paty do Aferes, 16 de setembro de 2015.



Representante Legal da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes

RACHID ELMOR

Prefeito Municipal

Empresas vencedoras:

DIMARCA AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTO AMBIENTAL LTDA

Luiz Tadeu Matos Rodrigues

RJ CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Gutemberg Diniz Sobral



Prefeitura do Município de Paty do Alferes
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIVISÃO SISTEMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

TERMO DE REFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL

1) DO OBJETO:

Aquisição de materiais de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, para melhor operação e adequação dos sistemas de coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos no município.

2) DA JUSTIFICATIVA:

A aquisição do referido objeto visa atender as normas de controle ambiental, a assepsia no ambiente, diante do grande fluxo de pessoas, evitando a proliferação de vírus e bactérias nos locais onde serão instaladas, próximo as residências, vias publicas e centro comerciais. Além disso, procura proporcionar uma estrutura mais adequada à manutenção da limpeza, facilitando a utilização dos materiais, pelos diversos usuários dos produtos.

3) DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	MODELO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	QUANTIDADE
01	Papeleira – 50 litros	Material de PEAD, resistente as variações climáticas e intempéries, a impactos e raios UV, com sistema de suporte para aplicação em postes, dotada de tampa com sistema de fechadura acionada por chave para manter a lixeira fixa e removível para manuseio do catador, possuir todos os componentes metálicos com tratamento anticorrosão, atender as normas da vigilância sanitária.	100
02	Contêiner – 240 litros	Material de PEAD, resistente as variações climáticas e intempéries, a impactos e a raios UV, com sistema de 02 (dois) rodas de borracha maciça e eixo metálico, dotada de tampa e alças para manuseio, apresentar dispositivo de basculamento em caminhões compactadores, possuir todos os componentes metálicos com tratamento anticorrosão, atender as normas da vigilância sanitária.	100
03	Contêiner – 360 litros	Material de PEAD, resistente as variações climáticas e intempéries, a impactos e a raios UV, com sistema de 02 (dois) rodas de borracha maciça e eixo metálico, dotada de tampa e alças para manuseio, c apresentar dispositivo de basculamento em caminhões compactadores e de drenagem de líquidos, possuir todos os componentes metálicos com tratamento anticorrosão, atender as normas da vigilância sanitária.	200

PMPA * Fis.
PROCESSO N.º 277115
RUBRICA B09.01



Prefeitura do Município de Paty do Alferes
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIVISÃO SISTEMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

04	Contêiner – 660 litros	Material de PEAD, resistente as variações climáticas e intempéries, a impactos e a raios UV, com sistema de 04 (quatro) rodas de borracha maciça e eixo metálico, sendo 02 (dois) com freios de estacionamento, dotada de tampa e alças para manuseio, apresentar dispositivo de basculamento em caminhões compactadores e de drenagem de líquidos, possuir todos os componentes metálicos com tratamento anticorrosão, atender as normas da vigilância sanitária.	50
05	Contêiner – 700 litros	Material de PEAD, resistente as variações climáticas e intempéries, a impactos e a raios UV, com sistema de 04 (quatro) rodas de borracha maciça e eixo metálico, sendo 02 (dois) com freios de estacionamento, dotada de tampa e alças para manuseio, apresentar dispositivo de basculamento em caminhões compactadores e de drenagem de líquidos, possuir todos os componentes metálicos com tratamento anticorrosão, atender as normas da vigilância sanitária.	50
06	Contêiner – 1.100 litros	Material de PEAD, resistente as variações climáticas e intempéries, a impactos e a raios UV, com sistema de 04 (quatro) rodas de borracha maciça e eixo metálico, sendo 02 (dois) com freios de estacionamento, dotada de tampa e alças para manuseio, apresentar dispositivo de basculamento em caminhões compactadores e de drenagem de líquidos, possuir todos os componentes metálicos com tratamento anticorrosão, atender as normas da vigilância sanitária.	100

PEAD: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE
UV: ULTRAVIOLETA

4) DA GARANTIA:

O fornecedor ficará obrigado a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou decorrente de fabricação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

5) DO PRAZO E DA ENTREGA:

5.1) O fornecedor deverá entregar os materiais, de acordo com o ofertado em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste Termo de Referência;

5.2) O fornecedor deverá ter os materiais para pronta entrega, devendo disponibilizá-los a partir da data do recebimento da nota de empenho;

PMPA • Fis.
PROCESSO N.º 277 15
309 09
MURBICA AJAT N.º



Prefeitura do Município de Paty do Alferes
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIVISÃO SISTEMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

5.3) Os materiais serão entregues na SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, situada na , Rua Vereador Caio Figueira Vasconcelos, nº 269, Centro, Paty do Alferes/RJ, CEP.: 26.950-000, Fone: (24) 2485 - 2741, no horário das 09 às 17hs, de segunda a sexta, exceto feriados.

6) DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

Os produtos serão embalados (se for o caso) e transportados convenientemente, de forma que garanta a sua integridade;

7) DAS DESPESAS:

Os equipamentos decorrentes desta aquisição correrão por conta do orçamento para o exercício de 2014, e serão utilizados pela Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – Setor de Coleta e Transporte de RSU, no endereço constante no item 5.3.

8) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1) O montante referente aos tributos e frete deverá estar incluso no preço do produto.

8.2) Os produtos devem atender impreterivelmente as descrições técnicas de cada item.

Paty do Alferes, 29 de maio de 2015.

Anderson Antonio Rosa
Diretor da Divisão de Sistema
de Saneamento Ambiental
Mat. 1118/01

Anderson Antonio Rosa

Diretor da Divisão de Sistema de Saneamento Ambiental

PMPA * Fis	
PROCESSO N.º	2721 15
Mat. N.º	1309 101